



Desenvolvimento sustentável: uma estratégia narcísica para enfrentar a crise ambiental?

Adriano Kasiorowski de Araujo ^I
Gabriela Marques Di Giulio ^{II}

 ^I School of Public Health
University of São Paulo, Brazil

 School of Public Health
University of São Paulo, Brazil

Resumo: Este artigo analisa a institucionalização do discurso do desenvolvimento sustentável (DS) há mais de três décadas e seus desdobramentos enquanto articulação simbólica que agencia a subjetividade e práticas sociais neste século. Contemplando uma abordagem interdisciplinar, concentra-se em um debate entre a psicanálise, atenta às formas de manifestação do mal-estar, e às ideias de sociedade de risco e modernização reflexiva, da teoria social do risco. A análise do discurso sobre DS permite enquadrá-lo enquanto estratégia narcísica de enfrentamento da crise ambiental. Tal estratégia estrutura-se na manutenção da existência, ao mesmo tempo que coloca em disputa um processo constante de definição sobre qual modo de vida as populações devem viver e como as condutas humanas devem se guiar. Com um discurso de negação da finitude, apoiado na necessidade de eficiência e desenvolvimento tecnológico para evitar o fim dos recursos, essa estratégia narcísica pode, em última instância, deixar lastros de esgotamento ambiental e humano.

Palavras-chave: Narcisismo, sobrevivência, risco, reflexividade, desenvolvimento sustentável.

São Paulo. Vol. 23, 2020

Artigo Original

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20190050r3vu2020L6AO>

Introdução

Em 2019, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou o relatório *Global Environment Outlook Six* (GEO 6, 2019), um documento técnico-político de avaliação sobre o estado global das políticas públicas em diferentes nações para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Quatro anos antes, em 2015, a ONU havia lançado a Agenda 2030, que traz como título *Transformando nosso mundo*, documento que estabeleceu os 17 ODS, com suas 60 metas e mais de 200 indicadores; sendo um desdobramento e aprimoramento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) de 2000 (ONU, 2015).

Esta primeira década do século XXI teve também significativo esforço científico para a compreensão e, em alguma medida, gerenciamento dos efeitos causados pelas mudanças climáticas e problemas ambientais. Em 2009, por exemplo, um trabalho ganhou evidência ao pôr em tela os limites planetários: acidificação dos oceanos, aquecimento global, redução da camada de ozônio, erosão da biodiversidade, excessivas cargas de nitrogênio e fósforo, inseguranças hídricas, poluições químicas e usos irresponsáveis dos solos (ROCKSTRÖM et al., 2009). Tais limites, como evidencia a publicação, continuam sendo ameaçados, ainda que, desde 1992, quando a mais importante conferência sobre desenvolvimento e meio ambiente fora realizada (CNUMAD, 1992), estimulando o ingresso desse debate na agenda de diferentes governos, tenha havido um esforço político-institucional para a consecução de tratados internacionais sobre desertificação, mudanças climáticas e perda de biodiversidade.

Neste artigo, argumentamos que a consolidação dessa preocupação global com o ambiente, que perpassa a produção científica, os governos e as instituições sociais, penetrando no cotidiano das populações de forma cada vez mais presente e inadiável como um problema comum à humanidade, tem relação estreita com a publicação do Relatório Brundtland ou *Nosso Futuro Comum*. O documento, produzido pela Comissão Mundial Sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1987), institucionalizou um conceito-chave sob o qual essa preocupação global se articula: o Desenvolvimento Sustentável.

Conforme descrito em *Nosso Futuro Comum*, este conceito-chave está ligado a um diagnóstico sobre uma forma de agir no mundo; estruturada em um modelo de desenvolvimento destrutivo e degradante dos recursos e processos naturais. A forma como as sociedades se desenvolveram, sobretudo a partir da era industrial (HERCULANO, 1992), produziu processos de sobrecarga ao sistema-Terra, de modo que esse percurso passa a ser questionado; caso contrário, a sobrevivência da humanidade seria colocada em risco (CMMAD, 1987).

Esta ameaça global está na origem de uma narrativa sobre uma mudança, também global, na forma de desenvolvimento (NASCIMENTO, 2012) e como um meio de mobilizar as diversas nações do globo para um esforço comum para alterar um paradigma instalado. Emerge, assim, uma compreensão sobre a insustentabilidade do estar no mundo a partir de determinada organização eminentemente destrutiva, na qual se torna cada vez

mais evidente que o processo de produção da existência, além de produzir riquezas, faz proliferar riscos à própria existência. Tais riscos, compreendidos como efeitos colaterais desse processo de modernidade, industrialização e do desenvolvimento técnico-científico, são reconhecidos científica e institucionalmente como riscos globais (BECK, 2010).

A crise ambiental, um dos mais proeminentes riscos globais que se instala nessa dobra entre os séculos XX e XXI, pode ser entendida também como uma crise existencial (LAGO et al., 2013). Isso porque, desde a publicação do Relatório Brundtland, há mais de 30 anos, o arranjo conceitual conformado sobre desenvolvimento sustentável tem se tornado um discurso, ou uma estrutura simbólica, que produz laço social, como argumentamos a partir da concepção psicanalítica. Como tal, sua circulação social ocupa a função de plataforma para o pensamento e a ação, enlaça a subjetividade, não como um conjunto uníssono, mas, antes, de característica conflituosa e polissêmica (SILVA JÚNIOR et al., 2015).

Assim, desenvolvimento sustentável passa a ser um campo de disputas políticas e diferentes modalidades de aplicação por governos e sociedade civil, que se servem de sua articulação conforme suas demandas e jogos de poder. Sua polissemia também pode ser constatada na investigação científica, gerando diversas ressonâncias. Dryzek (2005) busca relacionar algumas vertentes desse discurso: as que se detêm na sobrevivência dos seres humanos e não humanos; aquelas cuja preocupação se volta à resolução dos problemas ambientais; a corrente que defende a ideia de consciência e políticas verdes; e a perspectiva de conciliação entre crescimento econômico e proteção ambiental.

Este artigo não tem a intenção de problematizar cada uma dessas ressonâncias, mas se concentra em propor uma leitura psicanalítica de *Nosso Futuro Comum*, mais propriamente da institucionalização do discurso de desenvolvimento sustentável. O interesse, portanto, se volta para seu nascimento institucional, pois aí residem os traços que permitem compreender como essa estrutura simbólica busca enlaçar os sujeitos, particularmente no século XXI. A hipótese é que essa institucionalidade reflete os ideais sociais de um momento referido pela literatura psicanalítica como cultura do narcisismo, também chamada de sobrevivencialismo (LASCH, 1983). Esses ideais compartilham de uma mesma matriz quanto ao discurso que produz os sofrimentos psíquicos contemporâneos (CRISTÓFARO et al., 2018; SAFATLE, 2018). Contudo, a partir da década de 1980, o sobrevivencialismo ganha a feição global nas narrativas ambientais. Argumentamos que, na dobra dos séculos, essa nova camada passa a reconfigurar a estrutura simbólica. Como consequência, as práticas sociais e o estar no mundo também são reordenados.

O objetivo deste artigo é analisar o desenvolvimento sustentável, pensando-o como uma estratégia narcísica de enfrentamento da crise ambiental, partindo do enquadramento da sobrevivência como tema subjacente a essa estratégia política internacional. Importante pontuar que a expressão estratégia narcísica é utilizada no sentido que lhe atribuem Lasch (1983) e Costa (2003). O primeiro a pensa como parte de uma patologia social; já o segundo busca abordá-la como um mecanismo de defesa decorrente da organização

social, de modo que pode ser situada como uma resposta subjetiva às situações de crise, reais ou imaginárias, como parte fundamental para a compreensão do mal-estar em uma sociedade de risco global.

Pretende-se, assim, contribuir para perfazer uma lacuna observada na análise dos problemas ambientais de abordagem interdisciplinar (FERREIRA, 2006), com estudos que transitam entre as ciências humanas e naturais (DRUMMOND, 2006; SILVA JUNIOR et al., 2015): a contribuição ainda tímida de produções que interagem com a psicanálise no tratamento destas questões (SEARLES, 1972; RANDALL, 2009; SWYNGEDOUW, 2010; DODDS, 2012; WEINTROBE, 2013). Em geral, os estudos que dialogam com a psicanálise ainda se voltam à relação do sujeito com as perdas, com a morte e o processo de luto em referência à crise ambiental. No entanto, a contribuição psicanalítica para a compreensão dessa crise ambiental – ou crise existencial, como a chamamos – se estende para a interpretação da cultura (MEZAN, 1985).

A psicanálise é uma ciência compreendida tanto como teoria quanto método de investigação (FREUD, 2006a, 2006b), em que se privilegiam a construção e reconstrução dos sentidos do discurso (FREUD, 2006c; IRIBARRY, 2003; COSTA; POLI, 2006; ROSA, 2004). É, assim, uma prática de análise do discurso que permite, conforme pontua Dunker et al. (2016), se conectar com outros discursos e deles depreender aquilo que insiste por repetição, ausência ou negação. Nesse sentido, posiciona-se como uma ciência conjectural e atenta às transformações de seu tempo e às formas de manifestação de seu mal-estar (DUNKER et al., 2002). Para Silva Júnior (2017), a contribuição genuinamente psicanalítica para a análise política e social está em apontar os déficits da gramática que organiza as formas de ser e estar no mundo.

É sob esta perspectiva que este artigo busca analisar o desenvolvimento sustentável e sua relação com o sobrevivencialismo, a partir de sua inscrição em *Nosso Futuro Comum*. A opção pelo narcisismo como recurso teórico se deve, sobretudo, à recorrência desse documento em tratar a crise ambiental como uma crise planetária que ameaça a sobrevivência de humanos e não humanos. O enfoque sobre a dimensão subjetiva, à luz da psicanálise, não prescinde das relações sociais concretas, mas se interessa pela dimensão inconsciente dessas relações (ROSA; DOMINGUES, 2010). Neste sentido, para a análise proposta, buscamos também uma aproximação com as concepções da teoria social do risco, especificamente com as ideias de “sociedade de risco” e “modernização reflexiva” propostas por Beck (1995, 1999, 2002, 2006, 2010).

O artigo estrutura-se em cinco seções, para além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira seção, são expostos os conceitos de narcisismo e sobrevivência. A seguir, apresenta-se a ideia de risco, a partir da perspectiva sociológica de Beck. Na terceira seção, explora-se o entendimento de reflexividade para situar o desenvolvimento sustentável. Na quarta, discute-se como esse tipo de desenvolvimento pode ser compreendido como uma estratégia narcísica. Finalmente, na quinta seção são debatidos os potenciais efeitos subjetivos do discurso do desenvolvimento sustentável.

Narcisismo e sobrevivência

O narcisismo é um conceito psicanalítico que toma de empréstimo o mito grego de Narciso – o herói que se destrói após apaixonar-se por sua própria imagem refletida (CANEVACCI, 1991). Esse apaixonamento por si mesmo é o aspecto destacado para seu ingresso teórico, porque o narcisismo é descrito inicialmente como um modo particular de investimento libidinal. A libido, conforme a teoria psicanalítica, significa uma energia que parte do corpo para os objetos (NASIO, 1997).

O narcisismo está vinculado desde seu ingresso teórico à autoconservação (FREUD, 2006d). É uma característica própria do ser vivo para manter-se vivo; está em sua constituição, funcionando como uma proteção para a sobrevivência. Essa fase precoce da vida é caracterizada por uma indiferenciação do Eu com o mundo, vivenciada como uma completude e sentida como uma onipotência. É a frustração e o adiamento das satisfações que permitirão a perda da onipotência, que, contudo, torna-se falta permanente e espaço para busca da completude perdida.

Dois aspectos são, portanto, relevantes no entendimento sobre narcisismo. O primeiro diz respeito à busca de uma completude perdida. O segundo diz respeito à fragilidade e à vulnerabilidade diante da falta, da crise, da perda. O narcisismo pode ser compreendido, assim, como parte constitucional da relação que o sujeito estabelece com a realidade, em que, diante da fragilidade, recorre-se à sua negação por meio de produções onipotentes, ainda que imaginárias. A crise vincula-se a uma fantasia de despedaçamento que aciona as defesas, levando à busca de uma completude imaginária, que, no entanto, mostra sua fragilidade diante da ameaça. Esse processo, por vezes, é lido como angústia de aniquilamento, ou simplesmente traduzido como medo da morte. Dele, derivam-se as narrativas estruturadas em torno da sobrevivência.

As experiências traumáticas, de perdas ou frustrações, são vivenciadas, neste entendimento, como aproximação de um despedaçamento. As crises representam desmoronamento, diante do qual a libido passa a ser investida em objetos que representem medida protetiva contra esta angústia de desintegração. Trata-se de um processo inconsciente de manutenção da sobrevivência, o qual facilita a identificação, no campo político, com discursos que se apresentem securitários, apoiados em formas de evitar o encontro com as figuras da finitude, condensadas sob a palavra crise.

O narcisismo é a explicação psicanalítica para a conduta que se dirige à autoconservação diante de uma ameaça identificada. A ameaça não precisa ser verdadeira para que a resposta narcísica se apresente, basta que se esteja diante de uma situação que mobilize, pelo discurso, a angústia de desintegração (FREUD, 2006d).

Para Lasch (1983), a partir dos anos 1960, teria havido uma proliferação da ideia de crises e uma certeza imaginária que elas levariam à catástrofe. O autor chamou de mentalidade da sobrevivência a percepção de que vários aspectos da realidade passavam a ser compreendidos e enfrentados como questões de vida ou morte. A exposição a crises

sucessivas na vida cotidiana das pessoas exigiria delas que desenvolvessem medidas para seu enfrentamento ou, como argumenta, “estratégias narcísicas de sobrevivência” (LASCH, 1986, p. 53). Para o autor, é nesse contexto que o risco passou a fazer parte do cotidiano de uma maneira massificada, primeiramente sob a forma da guerra nuclear e, em seguida, assumindo também a forma de catástrofe ecológica, ambas ameaças acompanhadas de um colapso econômico (LASCH, 1986, p. 54-55). Esses aspectos seriam indicadores de um tipo de vinculação social produtor de incertezas, propício à filiação do sujeito a promessas de proteção, ainda que inconscientemente.

A Escola de Frankfurt também colocou o narcisismo como aspecto importante para análise desse tempo, como reconhece Crochík (1990). O autor destaca os estudos de Marcuse, como “Eros e Civilização” e “Ideologia da Sociedade Industrial”, que apontaram o narcisismo como inerente à forma como a sociedade se organizava, permitindo o livre fluxo dos desejos. Tais estudos evidenciavam que as transformações ocorridas na sociedade atuavam sobre a família, enquanto o lugar das identificações primordiais, incluindo mudanças na educação e nos regimes de trabalho, que alteraram os modos de vida. As dramatizações dos afetos, de amor e ódio, que em tese produziria um Eu estável, tornaram-se ampliadas a uma variedade de modelos de identificação que, contrariamente, o fragmentaram, tornando-o frágil, implicando hipersensibilidade suscetível a maximizar a percepção de perigo nas situações cotidianas de vida.

Há uma implicação política importante nessa constatação. Para Lasch, dentre os efeitos da cultura do narcisismo, está o acirramento do individualismo. As medidas para a sobrevivência, em sua maioria, saem do espaço público e migram para o privado, em que a proteção se torna objeto de consumo individual.

Crochík (1990) reforça esse fenômeno, destacando a racionalidade tecnológica, apontada como responsável pela despolitização das massas naquele período. Essa racionalidade evidenciaria pressupostos de neutralidade e avanço proporcionados pela técnica, princípio de que quanto mais técnicas fossem as decisões políticas, mais aperfeiçoada seria a sociedade (CROCHÍK, 1990, p. 153). Este *modus operandi* também seria notado na administração, na qual prevalece a competência de gestão consagrada por técnicas construídas pelos mesmos parâmetros normativos que se autorreproduzem, formando peritos que deteriam o passe de legitimidade que os permitiria enunciar as verdades técnicas.

Importante realçar a interação indivíduo-sociedade que estes autores trazem em um período marcado por um discurso de ameaça de destruição em massa no contexto pós-guerra, que teria criado uma “consciência do fim do mundo” (HOBBSAWN, 2004, p. 224). Essa consciência, como mostrou Lasch (1983), atingiu a vida cotidiana. O sujeito nessa sociedade tornou-se o sujeito do risco. O risco passou a ser o sinal cultural que direciona para a sobrevivência; aquilo com o qual o sujeito precisa lidar para medir sua conduta de modo a dirigir suas práticas aos comportamentos que lhe permitam evitar o encontro com a finitude.

Risco e morte

A mentalidade da sobrevivência se constitui em um contexto sociocultural em que a segurança e o risco assumem lugar destacado. É sobre esse mesmo contexto que o sociólogo alemão Ulrich Beck procura construir sua teoria social do risco, particularmente com a obra *Sociedade de Risco* publicada originalmente em alemão em 1986, na qual apresenta as transformações que essa nova realidade estaria produzindo. É possível pensar uma aproximação da teoria de Beck à interpretação da cultura do narcisismo: uma era de esperanças em declínio (LASCH, 1983) é, para Beck, uma era de incertezas (BECK, 2010).

O autor descreve como sociedade de risco a organização social que se encontra em um momento de transição, no qual a produção material e espiritual da vida estaria se afastando das categorias da sociedade industrial. Essas mudanças são descritas em sua análise da relação capital-trabalho, da configuração familiar, em questões de gênero, nas transformações biográficas, na geografia migratória. Nessas esferas, o autor observa um aprofundamento do individualismo, ao mesmo tempo em que nota uma padronização dos modos de vida, colocando o indivíduo e suas condutas como “joguete de modas, circunstâncias, conjunturas e mercados” (BECK, 2010, p. 194). No entanto, o ponto central em sua teoria é a elevação do risco como categoria sociológica (MOTTA, 2014).

Os riscos com os quais a sociedade atual passa a lidar diferem-se dos riscos da sociedade industrial, em que vigorava uma cultura do seguro, passíveis de quantificação e cálculo de modo a orientar a ação. Os riscos para Beck não comportam mais essa possibilidade de cálculo: eles escapam à lógica da sociedade industrial e não podem ser apreendidos por ela. Seu alcance ampliou-se no tempo e no espaço, tornando-se mundiais, intergeracionais e não fronteiriços. Além disso, há desconexão da produção do risco com o responsável por sua produção, já que a própria lógica em que é produzido invisibiliza o responsável e inviabiliza a responsabilização (BECK, 2006; GIDDENS, 1995).

Diante dos riscos mundiais, o tema da sobrevivência e, por conseguinte, o narcisismo, ganha uma proporção global (BECK, 1999), já que o medo da morte nessa sociedade é a morte planetária; é a finitude do planeta que está em causa: “como espécie, não temos mais uma sobrevivência garantida” (BECK; GIDDENS; LASH, 1995, p. 9).

Nessa organização social que produz riscos e incertezas, cuja invisibilidade dificulta estabelecer relações de causa e efeito associadas a elas, os indivíduos são colocados em uma condição permanente de indeterminação. Esses riscos mundiais não estão disponíveis facilmente à sensorialidade, não sendo imediatamente constatados, mas dependem de um discurso que os tornem visíveis e inteligíveis, processo em que a ciência é acionada para oferecer a simbolização necessária para o seu tratamento (BOSCO, 2011). É o discurso da tecnociência que eminentemente fará esta mediação do sujeito “abandonado e remetido a si mesmo” (BECK, 2010, p.125), diante de riscos de consequências incalculáveis.

Estas mudanças expõem que a racionalidade instrumental, sob a qual se erigiu toda a arquitetura científica baseada no controle dos riscos, da natureza e dos instrumentos,

começa a falhar (BRITO; RIBEIRO, 2003). Se, na sociedade industrial, o risco ainda pode ser previsto e assumido como cálculo do seguro (MELLO; ACSELRAD, 2002), na sociedade de risco, ele é considerado efeito colateral do processo de controle: é o resto incontrolável da prática de controle, o efeito incalculável da prática de cálculo. No entanto, a indeterminação demanda determinação e a tentativa de resposta, como sustenta Beck, passa por seu conceito de reflexividade.

Reflexividade: o espelho do Narciso global

Beck distingue duas modernidades e o faz de maneira cronológica, o que lhe rendeu algumas críticas por expor uma visão evolucionista da sociedade (COSTA, 2004) e por centrar sua análise a partir da sociedade europeia (MOTTA, 2014). Para este artigo, torna-se importante destacar aspectos desses dois momentos. O primeiro deles seria o que chama de modernidade simples, caracterizada pelo processo industrial, no qual a produção de riquezas e riscos está sob o controle da racionalidade empregada. O segundo refere-se a uma radicalização desse processo, em que os riscos, ao se libertarem, deixam a impressão de um mundo “fora de controle” (BOSCO; DI GIULIO, 2015, p. 149). Essa dificuldade passa a ser incorporada nos discursos e reverberada institucionalmente (BECK, 1995). É o momento caracterizado pela produção de riqueza cujos excedentes passaram a fabricar riscos imprevisíveis, os quais requerem novas soluções. Beck o nomeia de modernidade reflexiva. A reflexividade está no tratamento desse excedente: os riscos são o reflexo da produção, chamados de riscos fabricados ou autoproduzidos.

Beck alerta que foi o sucesso do modelo industrial que gerou os riscos que a ciência deverá ocupar-se, seja para evitá-los, seja para superá-los. Esses riscos trazem situações inéditas e, em geral, de magnitude mundial, envolvendo questões de sobrevivência que não podem estar a cargo unicamente da ciência, representada por especialistas (KASPERSON et al., 1988), mas deveriam ser tratadas no campo político (PIELKE, 2004; YEARLEY, 1992), dos diversos grupos afetados (CALLON, 2009). Assim, a política também deve ser chamada a lidar com sua imagem no espelho para uma reorientação de valores e estratégias e reorganização do poder e da responsabilidade (BECK, 2010; GIDDENS, 1995, 1999).

A “modernização reflexiva’ significa autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial” (BECK, 1995, p. 18). Os riscos passam, agora, a ser objeto de reflexividade tecnocientífica, já que a ciência precisa lidar consigo mesma, com os efeitos de sua própria aplicação (BECK, 2010). A ciência, assim, estaria lidando com sua imagem excessiva – já que, bem-sucedida, precisa voltar-se à sua própria racionalidade para enfrentar os problemas que gerou. Esse processo de lidar com sua imagem no espelho para reparar os efeitos colaterais de suas produções levaria a uma compulsão à repetição (FREUD, 2006e; GIDDENS, 1995) do evento causador do problema. O efeito colateral faz parte do processo, mas passa a ser reconhecido como sua exterioridade, tornando-se demanda de mais tecnociência

(BECK, 2010). A lógica se autorrefunda indefinidamente, pois é orientada pela decisão tecnicamente acertada (CROCHIK, 1990).

Se a análise de Lasch coloca a sobrevivência como tema da sociedade, a de Beck vai além, ao afirmar que “a sociedade de risco é uma sociedade catastrófica” (BECK, 2010, p. 28). Contudo, ambos destacam um acirramento do individualismo e, com ele, uma indeterminação que, na obra de Beck, aparece também como uma busca da segurança perdida (BECK, 2006; IANNI, 2012). Os conflitos de risco estão ligados à relação de segurança/insegurança, promovendo um retorno da incerteza (BECK, 1995). Diferem-se dos problemas de ordem da sociedade industrial, comportando ambivalência entre a possibilidade de cálculo de probabilidade e seu poder resolutivo. A ciência, com o avanço tecnológico, torna-se capaz de produzir diagnósticos e definições cada vez mais precisos sobre a finitude planetária, mas se torna impotente para resolver os problemas dessa finitude, a não ser pela via da transformação dos modos de vida que demandam mais tecnologia e eficiência. Essa é a lógica da ameaça em que, para se defender da finitude/crise/catástrofe/escassez, o sujeito deve se adequar em seu comportamento e suas relações.

É nesse processo reflexivo que se situa o desenvolvimento sustentável, um arranjo conceitual que parte de um diagnóstico tecnocientífico sobre a catástrofe futura, passando a prescrever outro modo de vida para evitar que a crise ambiental e as mudanças climáticas atinjam um ponto de não-retorno. Desde o Relatório Brundtland, um conjunto de mudanças em diversas esferas da vida vem sendo postuladas por conta das ameaças à sobrevivência. Sua ênfase se dá, contudo, na arena político-econômica global que propõe, por meio da institucionalização do desenvolvimento sustentável, um modo de vida capaz de conciliar uma nova era de crescimento econômico com proteção aos recursos finitos, propiciada por inovações tecnológicas (CMMAD, 1987). É justamente dessa conjugação que se pode depreender o ideal narcísico de completude nesse discurso instituinte.

De antemão, o relatório prevê evitar a catástrofe futura mediada por tecnologia futura, sendo um exemplo daquilo que Beck posiciona como sociedade reflexiva: “que ela se torna um tema e um problema para ela própria” (BECK, 1995, p. 22). É nesta perspectiva que endossamos que o desenvolvimento sustentável pode ser compreendido como estratégia narcísica. Este arranjo discursivo é postulado como suporte simbólico às medidas protetivas, às práticas sociais e às transformações desejadas para alcançar o modo de vida ideal. Contudo, como evidenciaremos na próxima seção, os enunciados de conduta sustentável para evitar a morte global, como colocados no relatório *Nosso Futuro Comum*, podem ser compreendidos como uma forma de fantasia onipotente.

Desenvolvimento sustentável enquanto estratégia narcísica

O desenvolvimento sustentável pode ser concebido como uma estratégia política, portanto, dentro do processo social, em que valores são colocados como modelos de identificação visando ao ideal de sobrevivência intergeracional e planetário (CMMAD, 1987; CNUMAD, 1992). Enquanto estratégia narcísica de sobrevivência, trata de evitar a finitude, em âmbito global, por meio de transformações das práticas humanas, que incluem o desenvolvimento tecnocientífico para reverter ou minimizar as perdas ambientais. Sua

emergência ocorre em um contexto herdeiro de uma lógica da sobrevivência das primeiras décadas do pós-guerra, sendo gestada no âmbito de uma cultura do narcisismo. Assim, desenvolvimento sustentável é apresentado como um novo paradigma de enfrentamento da crise ambiental – ou de uma crise existencial, como argumentamos –, que guarda um componente de finitude, como reforça Beck, já que não é possível saber sua extensão no tempo e no espaço, devendo ser tomado como uma nova condição de existência.

É nesse contexto de lógica da sobrevivência global, compreendida inicialmente como uma cultura do narcisismo, particularmente a partir da década de 1960, que se constitui a percepção sobre as consequências danosas do modo de vida ao ambiente. Este, mediado pela ciência, se torna ao mesmo tempo objeto de medo e objeto a ser protegido. A divisão entre medo e proteção se reflete na sociedade de risco marcada por formas de não-saber, comumente referida como incerteza, insegurança e indeterminação.

Como sustenta o Relatório Brundtland, quanto à degradação ambiental, a humanidade teria ultrapassado os limites que permitiriam a sustentação do modo de vida tal como é conhecido (CMMAD, 1987), ensejando uma perspectiva futura de tragédia que, para ser evitada, demanda alterações do modo de vida da humanidade como um todo. Como é apresentado no documento, as décadas que sucederam à Segunda Guerra Mundial foram de “crescimento drástico e de mudanças fundamentais” (CMMAD, 1987, p. 5), com aumento da população mundial em um cenário de recursos finitos, impactos sob o solo com a exploração agrícola, urbanização acelerada, cultura do consumo e demais efeitos do desenvolvimento da sociedade industrial.

Cabe destacar que, no período pós-guerra, a natureza passou a se inscrever como problema social (HANNIGAN, 2006; LASCH, 1986; BECK, 1995), sendo que não há mais natureza que não tenha sofrido a intervenção humana (GIDDENS, 1999). É neste momento que a degradação, relacionada ao modo de vida industrial, passa a ser vista como questão de vida ou morte (LASCH, 1986). A ideia de finitude assume então a face de ameaça ambiental global e a crise ambiental expõe essa perturbação sob a forma de limites, os quais passaram a ser objeto da ciência reflexiva e demandante do processo político, como o meio pelo qual a existência deve se tornar possível. No entanto, como os autores referidos neste artigo argumentam, esse processo tem ganhado outra conotação, influenciado pela lógica técnica que, ao definir os riscos, também define a margem de negociação das soluções. Desloca-se, assim, o lugar do conflito, que passa a ser direcionado pela reflexividade da técnica em forma de conflitos de risco.

Ao analisar o discurso da ameaça ambiental global, da perturbação sob a forma de limites, é preciso ter em mente que, na abordagem psicanalítica, o discurso é a forma de ordenamento do próprio laço social que produz o sujeito, porque as formações do inconsciente são “[...] tributárias da estrutura desse órgão coletivo, público e simbólico” (KHEL, 2009, p. 25-26). O discurso é o aparelho que faz o laço social, considerando-se que não há mundo que não seja passível de representação e que a linguagem é o lugar do sujeito e meio pelo qual estabelece suas relações sociais, sendo que os efeitos do discurso são efeitos de verdade, já que é aí que seu mundo se estrutura.

O desenvolvimento sustentável, neste entendimento, é parte de uma formação que, segundo Silva Júnior (2017), deve ser compreendida a partir de sua gramática técnica, isto é, como uma estrutura simbólica em que se ordena o laço social. A interpretação deste autor pode fornecer um complemento psicanalítico à leitura sobre reflexividade de Beck e à presença da sobrevivência nas construções discursivas do desenvolvimento sustentável. Amparado nos apontamentos de Heidegger sobre a questão da técnica, o autor chamou de gramática técnica essa forma de estruturação simbólica “totalitária e totalizante” que se tornou um “sistema metafísico” (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 178). A gramática técnica se reflete em uma estrutura que deixa de conceber seus próprios fundamentos (LEBRUM, 2001) para impulsionar um pensamento instrumental, compreendido como recusa da finitude, uma recusa que não é apenas individual do ser-para-a-morte, mas que “impregna a ordem da cultura como um todo” (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 178).

Esta perspectiva de recusa da finitude presente no laço social permite pensar um processo que, diante de seu próprio limite, se vale da técnica como meio para esta negação, para deixar crer em sua própria imortalidade. A reflexividade descrita por Beck é a maneira pela qual a sociedade se organizaria para lidar com a insuportabilidade (mal-estar) provocada pela finitude planetária, apenas vista a partir da gramática técnica. Em outras palavras, diante da possibilidade da finitude, a medida narcísica de negação é processada socialmente em forma de onipotência tecnocientífica.

Este aspecto narcísico – a onipotência – pode ser apreendido nas narrativas que alicerçam as formas totalizantes em que o desenvolvimento sustentável passa a estar presente: o existir apenas se torna possível na medida que respeita os parâmetros sustentáveis. Esta lógica de funcionamento trata a onipotência narcísica global como um sintoma da impotência (fragilidade) frente à constatação tecnocientífica de uma crise que anuncia a morte planetária, que tem nos riscos tecnicamente definidos (BECK, 2010) os seus emissários.

Estruturado na mesma chave do discurso ordenador da sociedade, de gramática técnica, o desenvolvimento sustentável funciona como articulação simbólica que agencia a subjetividade e as práticas sociais. Passa a se configurar, assim, como estratégia de manutenção da existência e campo no qual as disputas políticas devem acontecer e as condutas humanas passam a se guiar em diferentes estilos de vida (CASTIEL; DIAZ, 2007), representados por formas de viver que deixam crer que se pode, com a adequação da conduta, evitar o pior.

Enquanto campo de conflitos, a sua aplicação gera efeitos colaterais (BECK, 2010), proliferando práticas reflexivas que visam diminuir a sensação de insegurança/incerteza. A produção de insegurança, por sua vez, demanda controle técnico cada vez mais sofisticado, que gera um resíduo incontrolável/incalculável/inseguro, conforme pontua Beck (2010). Este resíduo demanda mais controle, revelando o que o narcisista tenta esconder com a onipotência – sua impotência em lidar com a finitude. Essa dialética insegurança-controle é a expressão social, em gramática técnico-reflexiva, dessa relação impotência-onipotência que caracteriza a defesa narcísica enquanto reflexo de uma nova configuração social – uma sociedade de riscos globais, na qual se manifestam

novas modalidades de sofrimento psíquico.

Para Lebrun (2001), esse processo complexo passa por uma ausência própria ao discurso tecnocientífico, já que seu ordenamento não permite a inscrição do impossível. Essa não-inscrição, esse inconcebível, é a abertura para a sensação de impotência (insegurança/incerteza) e para seu revestimento simbólico, por meio de fantasias de onipotência (e de construções técnicas como inovações tecnológicas). Este é o fundamento metapsicológico, na perspectiva desse autor, da construção do laço social contemporâneo, que coloca a insegurança ontológica como o centro do modo de vida atual, como um sintoma desse tempo social, caracterizado por um estado de coisas ligado a um conjunto de transformações sociais que colocam os riscos como o cerne do processo social. Como resultado, tem-se uma sociedade que precisa lidar constantemente com sua face mortífera, com o risco de morte em âmbito global, atravessando os processos humanos e não humanos – sociais, psíquicos e ambientais.

Efeitos subjetivos do discurso do desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável passa a ser a estratégia planetária que traz em seu pressuposto a recusa da finitude. Trata, portanto, de um conjunto de prescrições aos Estados, organizações não governamentais e pessoas em geral (CMMAD, 1987) sobre como ser e agir para, em última instância, garantir a imortalidade intergeracional de um modo de vida incapaz de renunciar ao crescimento ilimitado.

Com essa gramática ancorada no conhecimento orientado pelo futuro e pela eficiência, proliferando inovações tecnológicas em consonância com o crescimento econômico, impulsiona a introdução técnica de novos artefatos que procuram negar a inscrição subjetiva do impossível, ao mesmo tempo em que reforça a crença na administração técnica e reflexiva dos riscos mundiais. Este tipo de laço social de horror à finitude impede a renúncia àquela onipotência narcísica, porque a linguagem na qual se ordena deixa crer na possibilidade ilimitada, não a concebe senão como forma de evitá-la a partir de suas próprias construções, e ampara sobre o cálculo racional a possibilidade de completude – via aperfeiçoamento, desempenho tecnocientífico, eficiência e inovação.

Seu efeito é, assim, da ordem de um imperativo sustentado na crença do ilimitado, acelerando o processo produtivo sob a justificativa de torná-lo mais ajustado para lidar com as ameaças. Subjetivamente, a eficiência torna-se imperativo para comportamentos idealizados sob a métrica da maximização, encontrando nos sujeitos fragilizados, concernidos ao laço social narcisista, cujo medo é o centro (BECK, 2010), espaço para a identificação e reprodução de um impulso à aceleração, inscrita na busca pela extração de um *plus* (representante da completude narcísica). Essa tentativa de extrair um *plus* acaba por adentrar em todas as esferas de participação social que prometam tornar qualquer ação individual mais eficiente. Maximização, aceleração, inovação, otimização e eficiência fazem parte de uma série significativa de representantes da segurança que deseja o sujeito sob ameaça de morte. São os ideais a atingir para evitar o encontro com a finitude. Dessa forma, as práticas são articuladas pelo discurso para afastar-se dos riscos globais.

O imperativo para a eficiência e o desempenho é valor social dessa gramática que

toma, no campo institucional, a justificativa ambiental para preconizar um meio de diminuição necessária dos efeitos do esgotamento dos recursos planetários, visando evitar um sofrimento futuro. Sua efetivação, contudo, reforça um modo de vida que desloca o esgotamento aos próprios humanos, cujo mal-estar vai se manifestar também em forma de adoecimento individual. Tem-se assim, um lastro de esgotamento ambiental e humano (ARAUJO, 2019).

Pode estar aí um dos motivos para as epidemias contemporâneas de depressão (EREHNBERG, 2010) e *burnout* (HAN, 2016), uma síndrome de estresse crônico vinculada ao campo ocupacional (OPAS, 2019), evidenciando o paradoxo da relação de onipotência/impotência que regula as condutas.

Esse processo acontece porque a gramática em que se produz o discurso do desenvolvimento sustentável como meio de enfrentamento da crise ambiental é a mesma que agencia o sujeito contemporâneo; um discurso que ordena aumentar a produtividade extraíndo eficiência, muito semelhante ao que é preconizado em Brundtland (CMMAD, 1987). Esse discurso também foi identificado por Dardot e Laval (2016), em trabalho sobre a sociedade neoliberal. Os autores chamam esse processo de a nova razão do mundo, uma lógica normativa global que não apenas destrói, mas também “produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

O sujeito, nesta experiência, está entre a gestão do crescimento e a gestão dos riscos, para ser sustentável, em parâmetros técnicos. A busca pela totalização mantém a experiência de indeterminação, em que garantir a satisfação das necessidades das gerações eternamente torna-se um imperativo, um ideal social, que coloca as nações, empresas e pessoas (CMMAD, 1987) para trabalharem em um regime fatigante de extração de eficiência. Este ideal social está no cerne das formas de sobrecarga, aumentando a produção ao custo do esgotamento e não agindo na diminuição da insegurança e incerteza quanto ao futuro de escassez. As narrativas sobre riscos e perdas, nesse sentido, agem como as figuras que circulam mobilizando afetos de horror à finitude, colocando o sujeito em um estado de desamparo frente às incertezas que se proliferam (BECK, 2010), reiniciando a repetição reflexiva.

Considerações finais

Em um mundo povoado por riscos invisíveis, o discurso que prometer proteção terá valor narcísico ao sujeito desamparado. O desenvolvimento sustentável, de gramática técnica, reproduz a onipotência narcísica que, conforme apontamentos psicanalíticos, pode ser quebrada pelo princípio de realidade, isto é, a imposição da realidade sobre a onipotência, processo que inscreve a impossibilidade de evitar a finitude.

É possível argumentar que a crise ambiental deva funcionar como princípio de realidade capaz de exercer esse efeito, porque o processo de desertificação, as alterações climáticas, a redução da biodiversidade, a emissão continuada de gases de efeitos estufa (GEE), a contagem regressiva para a última gota d'água, são alguns indicadores de uma série de problemas ambientais que evidenciam a verdade da finitude. A resistência

político-econômica em aceitá-la como possibilidade é indicador da força da onipotência (narcísica) que estrutura a sociedade técnica contemporânea, porque não há inovação ou criação que seja capaz de realizar o crescimento econômico ilimitado com proteção ambiental; o humano é impotente para isso.

O mal-estar pensado por Freud o permitiu expressar o conflito social entre o prazer e a segurança, em que a opção por segurança implicou inevitavelmente renúncia ao prazer (FREUD, 2006f). Na modernidade reflexiva a chave é outra; a relação de retorno a si indefinidamente não é apenas a busca por segurança por meio de desenvolvimento tecnocientífico, mas a manutenção da crença em um crescimento econômico ilimitado, crença onipotente que precisa ser quebrada pela realidade da crise.

O desenvolvimento sustentável como estratégia política dá um passo importante para essa quebra ao pautar esta realidade em uma arena política global, mas ainda não encontrou o ponto de quebra dessa crença que passa pela transformação do discurso que aposta no crescimento econômico ilimitado, operando para a manutenção do atual modelo econômico. O estágio reflexivo do mal-estar na cultura talvez possa ser teorizado a partir do conflito que o desenvolvimento sustentável deixa cada vez mais explícito. A sua terapêutica política (SILVA JÚNIOR, 2017) passa por deixar de tratar a impotência com onipotência técnica e reconhecê-la como impossibilidade real para fazer proliferar possibilidades, como algumas teorias econômicas cujas narrativas divergem da linhagem neoclássica e passam a olhar para a sobrevivência a partir da entropia (VEIGA, 2019).

O reconhecimento da impossibilidade deve-se incorporar à estrutura das trocas simbólicas e materiais, porque a negação do impossível, girando em torno de si reflexivamente, tem gerado uma compulsão à inovação tecnológica para sustentar a crença no crescimento econômico ilimitado. Esse processo apenas faz proliferar os riscos globais e a insegurança; não protege o planeta do colapso e reverbera no esgotamento dos humanos.

Referências

ARAUJO, A.K. **Mal-Estar na Sociedade de Risco**: um debate interdisciplinar sobre sustentabilidade. Tese de Doutorado. Saúde Global e Sustentabilidade, USP, 2019.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernidade reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

BECK, U. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo XXI España Editores, 2002.

BECK, U. Living in the world risk society. **Economy and Society**. London, v. 35, n. 3, Aug. p. 329-345, 2006.

BECK, U. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas a globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOSCO, E. M. G. R. **Ulrich Beck**: a teoria da sociedade de risco mundial. 2011. 181 p. Dissertação (mestrado) - UNICAMP, Campinas, 2011.
- BOSCO, E.M.; DI GIULIO, G.M. Ulrich Beck: considerações sobre sua contribuição para os estudos em ambiente e sociedade e desafios. **Ambient. soc.** São Paulo, v. 18, n. 2, p. 149-160, abr/jun. 2015.
- BRITO, D. C; RIBEIRO, T. G. A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 147-164, ago./dez. 2003.
- CALLON, M. **Acting in an uncertain world: an essay on technical democracy**. Massachusetts, London: MIT Press, 2009.
- CANEVACCI, M. Quatro Mitos Para Um Narciso “Só”. **IDE**. São Paulo, v. 21, p. 92-101, 1991.
- CASTIEL, L. D.; DIAZ, C. A-D. **Saúde Persecutória**: os limites da responsabilidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 136 p.
- CMMAD – **Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- CNUMAD – **Conferência Das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1992.
- COSTA, S. **Quase crítica**: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 73-100. Nov. 2004.
- COSTA, A.; POLI, M. C. Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. **Pulsional: Revista de Psicanálise**. São Paulo, v. 19, n. 188, p. 14-21, 2006.
- COSTA, J. F. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal. 2003.
- CRISTÓFARO, H. *et al.* Narcisismo: identidade e diferença – uma unidade em tensão? *In*: SAFATE, V., SILVA JUNIOR, N. e DUNKER, C. (Org.). **Patologias do social**: arqueologias do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- CROCHIK, J. L. A personalidade narcisista segundo a Escola de Frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 141-154, dez. 1990.
- DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo. 2016.

DODDS, J. *Psychoanalysis and ecology at the edge of chaos: Complexity theory, Deleuze, Guattari and psychoanalysis for a climate in crisis*. Routledge, 2012.

DRUMMOND, J.A. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 5-25, Oct. 2006.

DRYZEK, J. *The politics of the earth*. Oxford, Oxford University Press. 2005.

DUNKER, C. *et al.* **Análise psicanalítica de discursos: perspectivas lacanianas**. São Paulo: Estação das letras, 2016.

DUNKER, C. *et al.* Romance policial e a pesquisa em psicanálise. *Interações*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 113-126, jun. 2002.

EHRENBERG, A. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Aparecida: Idéias e Letras. 2010.

FERREIRA, L. A Centralidade da Interdisciplinaridade nos Estudos Sobre Ambiente e Sociedade. *Política e Sociedade*, v. 4, n. 7, p. 185-201, 2005.

FREUD, S. Além do princípio do prazer. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006e. v. XVIII.

FREUD, S. Conferências introdutórias sobre Psicanálise (Parte III). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006a. v. XVI.

FREUD, S. Construções em Análise. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006c. v. XXIII.

FREUD, S. Dois verbetes de enciclopédia. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006b. v. XVIII.

FREUD, S. Mal-estar na Civilização. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006f. v. XXI.

FREUD, S. Sobre o Narcisismo: uma Introdução. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006d. v. XIV.

GIDDENS, A. A Vida em uma Sociedade Pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

GIDDENS, A. Risk and Responsibility. *The Modern Law Review*. Limited.London, v. 62, p. 1-10, Jan. 1999.

HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2016.

HANNIGAN, J. *Sociologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes, 2006.

HERCULANO, S. Do Desenvolvimento (In)Suportável à Sociedade Feliz. In: Goldenberg, M. (org.). **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992, pp. 9 – 48.

HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IANNI, A. M. Z. Choque antropológico e o sujeito contemporâneo. Ulrich Beck entre a ecologia, a sociologia e a política. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 14, n.30, p. 364-380, Mai./Ago. 2012.

IRIBARRY, I. N. O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora*, v. VI n. 1, p. 115-138, Jan./Jun. 2003.

KASPERSON, R. E., RENN, O., SLOVIC, P., BROWN, H. S., EMEL, J., GOBLE, R., KASPERSON, J. X. and RATICK, S. The Social Amplification of Risk: a conceptual framework. **Risk Analysis**, v. 8, i. 2, p. 177–187, Jun. 1988.

KEHL, M. R. **O Tempo e o Cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

LAGO, C. AMARAL, F. B. MÜHL, C. Reflexões acerca da crise ambiental e a condição humana. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 30, n. 1, p. 159 – 178, Jan./jun. 2013.

LASCH, C. **A cultura do Narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LASCH, C. **O Mínimo Eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis**. Brasiliense. São Paulo: 1986.

LEBRUN, J-P. **Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

MELLO, C. C. A. & ACSELRAD, H. Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara. In: ALIMONDA, H. **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires, 2002.

MOTTA, R. Risco e Modernidade Uma nova teoria social? **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 29, n. 86, Out. 2014.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NASIO, J.D. **Lições sobre os sete conceitos cruciais em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

OPAS. Organização pan americana da saúde. Brasil, 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5949:cidburnout-e-um-fenomenoocupacional&Itemid=875#:~:text=CID%3A%20burnout%20%C3%A9%20um%20fen%C3%B4meno%20ocupacional,como%20uma%20condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20sa%C3%BAde. Acesso em: 21 Jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Cimeiro do Milênio.

Nova Iorque, 6-8 set. 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Healthy Planet Healthy People**. Sixth Global Environment Outlook assessment report. Cambridge University Press. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDADES. **Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. New York: ONU. 2015.

PIELKE JR, R. When scientists politicize Science: making sense of controversy over the sceptical environmentalist. **Environmental Science & Policy**. v. 7, i. 5, p. 405-417, 2004.

RANDALL, R. Loss and climate change: The cost of parallel narratives. **Ecopsychology**, v. 1, n. 3, p. 118 -129, 2009.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461. n. 24. September. 2009.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Mal-Estar e Subjetividade**. Fortaleza. v. IV, n. 2, p. 329 – 348. Set. 2004.

ROSA, M. D.; DOMINGUES, E. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia e Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 180-188. 2010.

SAFATLE, V. Em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea. In: SAFATE, V., SILVA JUNIOR, N. e DUNKER, C. (Org.). **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SEARLES, H. F. Unconscious processes in relation to environment crisis. **Psychoanalytical Review**, v. 59, n. 3, p. 361-374. 1972.

SILVA JUNIOR, N. Um ponto cego de O Mal-estar na Cultura: a Ciência na era da Instalação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, n. 91, p. 173-192, Dec. 2017.

SILVA JUNIOR, R. D., FERREIRA, L. C., LEWINSOHN, T. M. Entre hibridismos e polissemias: para uma análise sociológica das sustentabilidades. **Ambient. soc.** São Paulo, v. 18, n. 4, p. 35-54, Dec. 2015.

SWYNGEDOUW, E. Apocalypse Forever? **Theory, Culture & Society**, v. 27, n. 2–3, p. 213–232. 2010.

VEIGA, J. E. **O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra**. São Paulo: Editora 34, 2019.

WEINTROBE, S. **Engaging with climate change: Psychoanalytic and interdisciplinary perspectives**. Routledge, 2013.

YEARLEY, S. Green Ambivalence about Science: legal-rational authority and the scientific legitimation of social movement. **The british journal of sociology**, v. 43, n. 4, p. 511-532, Dec. 1992.

Adriano Kasiorowski de Araujo

✉ adrianokaraujo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2387-2472>

Submitted on: 16/05/2019

Accepted on: 09/08/2020

2020;23:c00503

Gabriela Marques Di Giulio

✉ ggiulio@usp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1396-9788>

How to cite: ARAUJO, A.K.; DI GIULIO, G.M. Desenvolvimento sustentável: uma estratégia narcísica para enfrentar a crise ambiental? **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 23, p. 1-19, 2020.

